

Os novos guerrilheiros

Uma inacreditável aliança entre Lula, Maluf e Antônio Carlos Magalhães tem sido responsável pelas dificuldades do governo na aprovação do IPMF na Câmara dos Deputados. Os três grandes líderes, naturalmente, não se falam, mas as suas bancadas atuam muito afiadamente numa guerrilha de obstrução de fazer inveja às mais aguerridas bancadas oposicionistas.

“Aprendi com eles”, diz a mais nova revelação de guerrilheiro do plenário, o deputado Luís Eduardo Magalhães, filho de ACM e líder do PFL, divertindo-se com a inversão de posição: no governo Collor, ele sofria com essa arma típica das minorias, a obstrução, usada na época por boa parte dos que estão hoje alinhados com o Palácio do Planalto.

Os outros dois chefes de guerrilha são os deputados Aloizio Mercadante, pelo PT, e José Luís Maia, pelo partido de Maluf, o PPR — este último com um estilo próprio: não fica muito na linha de combate, mas sempre é instigado por uma das mais ágeis e venenosas cobras do Congresso, o deputado Delfim Netto.

É preciso que haja um quórum muito alto de presença na Câmara para anular as artimanhas desses grupos. O próprio Luís Eduardo reconhece que com 400 deputados no plenário o governo ganha qualquer parada. Com 350, já é arriscado.

Na votação que deu ao IPMF a chance de escapar de todas as comissões e ir diretamente ao plenário, no regime de urgência redundantemente urgentíssima, havia 401 deputados em plenário. O governo ganhou por 298 votos a 103. Esta é a correlação de forças verdadeiras, no momento, na Câmara, quando o quórum de presença é alto e os ministros procuram provar que foram escolhidos com base em critério de representação parlamentar: três votos para o governo, um para a oposição. Com boa vontade, em algumas situações, a oposição pode chegar a 120 deputados.

Mas essa maioria é muito vulnerável a dois tipos de interferência. Primeiro, a qualquer leve toque no ponteiro da balança fisiológica, aquela que revela o peso e preço de cada voto na tabela dos cargos de segundo e terceiro escalões do governo. Segundo, as manobras

regimentais para protelar as votações.

As duas turbulências se somaram esta semana no caso do IPMF. Houve dificuldades internas em algumas bancadas que apóiam o governo, como a do PMDB de Minas Gerais. Negociações neste final de semana tentarão sarar as feridas. Já a tática da obstrução foi desenca-deada com um objetivo específico: esticar ao máximo as sessões para bairar cada vez mais no painel o número de deputados presentes.

Ontem, quando havia apenas 273 deputados no plenário, seria suicídio para o governo colocar em votação a lei do IPMF, que precisa de 252 votos (maioria absoluta) para aprovação. A Câmara tem funcionado apenas um dia na semana, a quarta-feira, para as votações de grande importância.

A próxima quarta-feira terá uma complicação a mais para o arraial do governo. Será véspera de São João, uma festa que, por prazer ou necessidade política, pode reter no interior um razoável número de deputados do Nordeste. Mas mesmo que o drama do Tesouro Nacional fale mais ao coração do que os folguedos juninos, os caminhos a percorrer até a aprovação final do IPMF estão todos minados.

Os novos guerrilheiros do plenário pediram destaque para votação em separado de todos os artigos da lei. Para cada destaque serão necessários os mesmos 252 votos exigidos para aprovar o esqueleto da lei, que depois ainda terá que ser apreciada pelo Senado, onde o PFL está decidido a não permitir que o IPMF tramite dentro do tal regime de urgência urgentíssima.

E o recesso está à porta. Começa em 1º de julho, a não ser que o Congresso não vote até lá a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e que se quebrem as resistências dos parlamentares à idéia de convocação de sessões extraordinárias.

O IPMF, como se vê, é um calvário para o governo. Só uma aposta no fracasso de Itamar Franco, para marcar posição de oposicionista com o olho arregalado em direção a 1994, explica a união de interesses tão diferentes como os de Lula, Maluf e ACM, não obstante os argumentos que possam ter contra a conveniência do novo imposto.

Correndo por fora

O presidente Itamar Franco passou nova recomendação a todo o Ministério para que dê força total ao ministro Fernando Henrique Cardoso.

E os ministros, um a um, estão gravando pronunciamentos a favor do Plano de Ação Imediata.

Enquanto Brasília se perde no blablablá dos cortes no Orçamento, o governo corre por fora para ganhar a opinião pública, divulgando a pregação dos ministros em emissoras de rádio de todo o país.